



120

UELREY. Faço saber aos que este Alvará de declaração virem: Que sendo-me presente por parte da Junta da Administração da Companhia Geral do Graó Pará, e Maranhão, que sobre a intelligencia do Paragrafo dezoito da Instituição da mesma Companhia se tem movido differentes questoens naquelle Estado entre os Ministros de Justiça delle, e os Commandantes das Frotas: Pedindo-me, que para cessar toda a duvida, e se conservar sempre huma perfeita harmonia entre os ditos Officiaes Militares, e Ministros Civís, houvesse por bem declarar a minha Real intenção, para se observar o sobredito Paragrafo no seu verdadeiro, e genuino sentido: Sou servido declarar, que a isenção, estabelecida pelo mesmo Paragrafo, se deve entender, para não poderem as Pessoas nelle conteúdas ser embargadas, constringidas, ou molestadas pelos Governadores, e Ministros Politicos, Civís, ou Criminaes dos Pórtos, a que se dirigem: E para que no caso de deserção das Náos, e Navios, ou de crimes pertencentes á Navegação, e disciplina da Marinha, sejaõ os Reos castigados pelos Commandantes das Frotas, sem duvida alguma: Porém nos outros casos de commetterem nos Pórtos, onde se acharem, ou nas Terras delles, quaesquer outros crimes, prohibidos pelas minhas Leys, cujo castigo dependa da jurisdicção contenciosa; seraõ sujeitos os mesmos Reos a todos, e quaesquer Ministros Civís, ou Criminaes, quanto á prizaõ, e á Autuação dos delictos: Com tanto, que depois de prezos os Reos, e de formados os Autos das suas culpas, os remettaõ immediatamente, sem delles tomarem outro conhecimento, aos Juizes Conservadores da mesma Companhia, a quem toca processallos, dar-lhes livramento, e sentenciallos, como por suas culpas, e defezas lhes parecer, que he justo.

Pelo que: Mando ao Presidente do Conselho Ultramarino, ao Vice-Rey, e Capitaõ General do Estado do Brasil, e a todos os Governadores, e Capitaens Móres delle; como tambem aos Governadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, e Desembargadores dellas; e a todos os Proveedores,

dores, Ouvidores, Juizes, Justiças, e mais PESSOAS, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumprão, e guardem, e o fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, Disposições, Ordens, ou estylos contrarios, que Hey por bem derogar para este effeito sómente, ficando aliás sempre em seu vigor. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante as Ordenações em contrario: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leys: E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belem, no primeiro de Agosto de mil setecentos e cincoenta e oito.

R E Y. . . .

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

A Lvará, porque V. Magestade he servido declarar o Paragrafo dezoito da Instituição da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão: na fôrma, que nelle se contém.

Para V. Magestade ver.

Filippe Joseph da Gama o fez.

Registrado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no livro da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão, a fol. 118. Belem, a 2 de Agosto de 1758.

Filippe Joseph da Gama.

A Junta da Administração da Companhia Geral do Grao Pará , e Maranhão , attendendo á maior commodidade , e beneficio dos Póvos deste Estado , e recorrendo com estes fins a ElRey nosso Senhor , pela authoridade Regia , que obteve para este effeito , ordenou aos seus Administradores , e Caixeiros , que nos primeiros quinze dias contados continua , e successivamente daquelles em que as fazendas das Frotas se recolherem aos Armazens da mesma Companhia , não possam vender a Mercadores , Tendeiros , Comboyeiros , ou Traficantes quaesquer fazendas , ou sejaõ seccas , ou molhadas , conservando todas em quanto durar o referido termo no mesmo estado em que chegarem , com as Carregações dellas publicas sobre o mostrador do principal Armazem , para que as pessoas particulares , e do Povo , que houverem de fazer os provimentos para o consumo das suas proprias casas , e familias , os possam comprar sem serem incommodados dentro no termo dos referidos quinze dias. Porém depois que elles houverem expirado , se exporão as Fazendas com a mesma franqueza á compra dos sobreditos Mercadores , Tendeiros , Comboyeiros , e Traficantes , que compraõ em grosso para venderem por miudo : com tal declaração , e providencia , que succedendo haver maior raridade de algum genero em fórma que não chegue para delle se darem a todos os sobreditos as quantidades , que pedirem , será entre elles rateado , largando-se a cada hum dellas a parte que no rateio se achar comperente á quantidade , que houver requerido ; e dando-se logo conta na Junta pelo primeiro navio , que partir , para mandar prover do referido genero raro com a necessaria abundancia. E para que chegue á noticia de todos , se affixará este annualmente ao tempo da chegada das Frotas nos lugares publicos da Cidade , para se lhe dar inteira fé , e credito ; sendo sobescritto pelo Secretario da Junta , e assignado por dous dos Deputados della. Lisboa , em Junta de de
de 17

CB
P8539
1758
3 2
1-SIZE

69-1062
brls.
AWormer
On 12

[Faint, mostly illegible text covering the main body of the page, possibly a list or report.]